

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

VANESSA RIBEIRO CONTREIRA GRAEBIN

**AUTONOMIA RELATIVA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS
CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS EM
SÃO BORJA**

**SÃO BORJA
2023**

VANESSA RIBEIRO CONTREIRA GRAEBIN

**AUTONOMIA RELATIVA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS
CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS EM
SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Solange Emilene Berwig

**SÃO BORJA
2023**

VANESSA RIBEIRO CONTREIRA GRAEBIN

AUTONOMIA RELATIVA E SERVIÇO SOCIAL: um estudo sobre as condições e relações de trabalho das assistentes sociais em São Borja

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharela em Serviço Social.

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em: 14 de dezembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwig

Orientadora

UNIPAMPA

Prof.^a Dr.^a Monique Bronzoni Damascena

UNIPAMPA

Assistente Social especialista Silvia de Souza Sasso

APAE - São Borja

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1443287&infra... 1/2
28/12/2023, 06:11 SET/UNIPAMPA - 1318919 - SISBI/Folha de Aprovação



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/12/2023, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVIA SASSO WOLMUTH, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MONIQUE BRONZONI DAMASCENA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/12/2023, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1318919** e o código CRC **6156631D**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo o apoio a mim dedicado durante a trajetória acadêmica.

A minha filha Emili (in memoriam) pelo amor e cumplicidade, por sempre ter me incentivado e que estaria muito orgulhosa de mim nesse momento.

Ao meu esposo e filhos pelo amor, compreensão e apoio, nem sempre foi fácil, foram muitos momentos desafiadores em conciliar a graduação com o tempo com vocês, mas conseguimos.

Ao meu pai que esteve sempre comigo, não medindo esforços para me auxiliar em tudo que eu precisava durante a graduação, sempre com muito carinho e disposição.

À minha mãe pelo amor, carinho e cuidado. Pelo incentivo durante esse processo.

Às minhas irmãs Andressa e Tatiane por serem meus exemplos de garra e determinação, por me encorajarem em seguir firme rumo a esse objetivo.

Aos/às docentes que estiveram envolvidos(as) no processo de graduação, por toda a dedicação e profissionalismo e por contribuírem para o meu desenvolvimento acadêmico.

Às minhas orientadoras Solange e Jaqueline, pela compreensão, acolhimento e dedicação durante todo o processo, por contribuírem enormemente para o meu amadurecimento enquanto discente e por acreditarem no meu potencial, sinto enorme carinho, respeito e admiração por vocês.

À UNIPAMPA pela sua magnífica importância na vida da comunidade São-borjense, por seu comprometimento em proporcionar uma educação pública e de qualidade. Parabens servidores, técnicos, funcionários terceirizados e todos que fazem parte dessa valorosa instituição

Aos/às colegas de curso, por todas as turmas que passei construí amizades, foram momentos de muita alegria, conhecimentos e experiências compartilhadas. Foi maravilhoso o tempo que estive com vocês.

Aos meus amigos e amigas, por me emprestarem seus ouvidos quando eu precisei desabafar nas dificuldades, que com seus conselhos e carinho conseguiram me fazer enxergar que o caminho era difícil, mas também era possível, que torcem por mim e que se alegram com minhas conquistas.

Agradeço infinitamente a Deus pela fé que me trouxe até esse momento tão sonhado e esperado, por não me permitir desistir apesar dos desafios durante esse longo percurso.

LISTA DE SIGLAS

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

IFFAR - Instituto Federal Farroupilha

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

RS - Rio Grande do Sul

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT	10
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AUTONOMIA RELATIVA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL: PRÁXIS DO SERVIÇO SOCIAL.....	13
3 CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SÃO BORJA.....	19
3.1 Percepções profissionais sobre autonomia em São Borja.....	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICES.....	35

AUTONOMIA RELATIVA E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS EM SÃO BORJA

RELATIVE AUTONOMY AND SOCIAL WORK: A STUDY ON THE WORKING CONDITIONS AND RELATIONSHIPS OF SOCIAL WORKERS IN SÃO BORJA.

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema a autonomia profissional do trabalho do Serviço Social no município de São Borja. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório ancorada no método dialético crítico que teve como objetivo geral - analisar o contexto de trabalho das assistentes sociais no município e como se conforma a autonomia dessas profissionais. Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica através do estado da arte e pesquisa de campo com questionário impresso direcionado às assistentes sociais de São Borja. Tanto nos textos que compõem o estado da arte, quanto nas respostas obtidas por meio da pesquisa, entrelaçam-se questões relacionadas a forte precarização a que estão submetidas as trabalhadoras¹, o que incide diretamente nas suas condições e relações laborativas, também acaba por suprimir seus direitos e da população usuária dos serviços. Em contrapartida e contrapondo-se à esta realidade em que encontram-se condicionadas, as profissionais apontam para a importância da construção de dinâmicas coletivas capazes de dar visibilidade à luta por ampliação da autonomia através de diálogos, debates, movimentos de reflexão à cerca da realidade vivida. Mecanismos estes capazes de contribuir na articulação de respostas às demandas, fortalecimento da categoria e por consequência da classe trabalhadora com potencial para transpor ações meramente pontuais e imediatas do cotidiano profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Autonomia relativa; Condições de trabalho.

Abstract: This course conclusion work has as its theme the professional autonomy of Social Service work in the municipality of São Borja. To this end, qualitative research of an exploratory nature was carried out anchored in the critical dialectical method with the general objective of analyzing the work context of social workers in the municipality and how the autonomy of these professionals is shaped. A bibliographical research was developed using the state of the art and field research with a printed questionnaire aimed at social workers in São Borja. Both in the texts that make up the state of the art, and in the answers obtained through research, questions related to the strong precariousness to which female workers are subjected are intertwined, which directly affects their working conditions and relationships, and also ends up suppressing their rights and the population using the services. In contrast and in opposition to this reality in which they find themselves conditioned, the professionals point to the importance of building collective dynamics capable of giving visibility to the struggle for expanding autonomy through dialogues, debates, movements of reflection regarding reality lived. These mechanisms are capable of contributing to the articulation of responses to demands, strengthening the category and consequently the working class with the potential to transpose merely punctual and immediate actions of daily professional life.

Keywords: Social Work; Relative autonomy; Work conditions.

¹ Ao longo do trabalho, optou-se pelo tratamento em gênero feminino, pelo fato de as trabalhadoras que compõe a amostra serem majoritariamente mulheres.

INTRODUÇÃO

O estudo em tela tem como tema a discussão sobre a autonomia profissional do trabalho do Serviço Social, no âmbito do município de São Borja. As discussões emergiram, no ambiente da sala de aula, no espaço de estágio supervisionado por meio do relato de profissionais que remetem para processos de precarização do trabalho como: inclusão de metas de atendimento; redução no tempo de atendimento; sistema de informática antiquado, acesso à internet insuficiente; redução no quadro de trabalho; contratações temporárias, trabalhadoras sem qualificação para as funções exercidas junto às equipes; desenvolvimento de doenças ocupacionais pelas trabalhadoras etc.

Tais reflexões e situações expressas em diferentes momentos da graduação contribuíram para as inquietações que são a gênese deste trabalho. Considera-se pertinente academicamente e para a profissão fazer as reflexões sobre as condições e relações de trabalho das assistentes sociais, buscando identificar dificuldades e potencialidades vivenciadas por essas profissionais em seu cotidiano. Compreender como se conforma a autonomia relativa na ação profissional do Serviço Social serve para construir alternativas que possibilitem ampliar a ação coletiva dessas profissionais em seus espaços de atuação potencializando assim sua autonomia frente às instituições.

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de uma pesquisa qualitativa e teve como objetivo geral - analisar o contexto de trabalho das assistentes sociais no município de São Borja a fim de contribuir no fortalecimento das lutas do Serviço Social na defesa de condições éticas e técnicas para o trabalho profissional, bem como, contribuir para o fortalecimento da classe trabalhadora.

O problema de pesquisa que resulta neste estudo buscou responder: em que medida as condições e relações de trabalho das assistentes sociais no município de São Borja incidem sobre sua autonomia profissional? Para conseguir responder ao problema de pesquisa foram elaboradas três questões norteadoras, a saber: a) como a literatura do Serviço Social aborda o tema autonomia relativa? b) quais as condições e relações de trabalho das assistentes sociais em São Borja? e, c) qual a percepção das profissionais assistentes sociais de São Borja sobre sua autonomia dentro das instituições?

Ainda, foram elaborados objetivos específicos que conduzem as reflexões deste estudo: a) revisar as publicações do Serviço Social referentes ao tema autonomia relativa; b) verificar como as relações e condições de trabalho se apresentam às profissionais do Serviço Social

dentro das instituições; e, c) compreender como as trabalhadoras do Serviço Social de São Borja percebem a autonomia em suas respectivas instituições.

Como instrumento de coleta de dados foi escolhido questionário impresso (apêndice A), com questões fechadas e abertas, referentes ao tema. Já no que se refere ao universo e amostra, o universo de estudo é composto por 43 profissionais com formação em Serviço Social² que atuam no município de São Borja, o levantamento foi realizado no segundo semestre de 2023. A amostra do tipo intencional, não probabilística, foi composta pela metodologia da adesão – nesta forma de composição as profissionais são convidadas a participar da pesquisa e podem decidir, sem prejuízos ou ganhos por isso, se participam ou não. Foi utilizado ainda, como critério de inclusão/exclusão para a composição da amostragem, ser assistente social – o que demanda estar registrada junto ao CRESS/RS -, e, estar em exercício profissional no município de São Borja, no ano/semestre 2023/2. Na aproximação com o campo, em diálogo com cada profissional, a amostra final foi composta por 21 assistentes sociais que atendem aos critérios e que aceitaram responder ao questionário. A análise de conteúdo foi realizada por meio dos dados obtidos no questionário respondido pelas assistentes sociais.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos as condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 1979, p. 31).

Neste sentido, conforme Bardin (1979), a análise de conteúdo em conjunto com tais elementos auxiliaram na apreensão da realidade, para extrai-la de forma que possibilitou compreender como se desenvolvem as condições e relações de trabalho dessas trabalhadoras em seu cotidiano profissional e quais seus reflexos na autonomia delas. Foram observados ainda os aspectos éticos da pesquisa, como o trato das informações com seriedade sem manipulação dos dados, observar rigorosamente os procedimentos elencados no projeto, respeito quanto ao interesse ou não à participação na pesquisa, preservação a identidade das profissionais respondentes³, apresentação e identificação de todas as fontes bibliográficas consultadas.

Este trabalho de conclusão de curso apresenta em seus subtítulos o esforço de elaboração das análises e sínteses construídas com base teórica, metodológica, ética e política que reflete

² Formação em serviço social, pois foi no trabalho de composição da amostra que se identificou as profissionais com registro denominadas Assistentes Sociais, considerando que para o exercício da docência não é obrigatório estar colegiado junto ao Conselho Regional de Serviço Social.

³ Observando os aspectos éticos que resguardam a identidade das profissionais que participaram da pesquisa todas foram identificadas com o uso de legenda T = trabalhadora e a sequência numérica de 1 a 21, T1, T2, T3 etc.

o projeto profissional do Serviço Social na busca pela apreensão do real – superando concepções da aparência para a essência que cerca o objeto de estudo.

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA.

2.1 Autonomia relativa e exercício profissional: práxis do Serviço Social

Este item do texto está organizado a fim de atender o objetivo específico de revisar as publicações do Serviço Social referentes ao tema autonomia relativa, com vistas a responder à questão norteadora que busca saber: como a literatura do Serviço Social aborda o tema autonomia relativa?

Para atender a este quesito, buscou-se analisar publicações referentes ao tema da autonomia, em que vários autores/as discutem a relação desta com relevantes temas que conformam a atividade laborativa de assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais. O estado da arte (apêndice B) contribuiu para localizar no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social as produções teóricas que refletem sobre a autonomia relativa. O estado da arte considerou para seleção, periódicos em português com avaliação Qualis A1 na área do Serviço Social - quadriênio 2013 – 2016 -, com publicações por acesso *online*, levantadas a partir dos descritores: a) serviço social e autonomia relativa; b) serviço social, trabalho e autonomia; e, c) trabalho profissional e autonomia relativa.

Atendendo os critérios estabelecidos foram mapeadas as produções de dois periódicos – Revista Serviço Social & Sociedade e Revista Katálysis. Na Revista Serviço Social & Sociedade foram encontrados 16 artigos, e na Revista Katálysis foram localizados 5 artigos. As produções mapeadas estão entre os anos de 2009 e 2021. Notou-se uma maior concentração de produção nos de 2013 e 2014, em que foram produzidos dez artigos. No total do universo foram localizados 21 artigos e optou-se por manter todos na composição da amostragem em virtude de que todos retratam diretamente a discussão da autonomia profissional na relação com a precarização do trabalho dentro do modo de produção capitalista.

Na leitura dos resumos dos textos, uma diversidade de situações, apontam para a ampla precarização do trabalho frente a ofensiva do capital, a saber: desafios da intervenção profissional; desgaste mental; inovação e a precarização; tendências e disputas na conjuntura de crise mundial; expressões da precarização e da terceirização; crise do capital; precarização do trabalho desafios frente às violações de seus direitos; pandemia; ofensiva do capital; sofrimento e trabalho profissional. Os textos refletem os desafios a serem enfrentados tanto na intervenção profissional, quanto desafios as violações de direitos de assistentes sociais, onde

tendências e disputas na conjuntura da crise mundial, geram fortes expressões da precarização, tendo o assédio moral como uma nova estratégia de gestão das relações de trabalho - “situações vexatórias e humilhantes a que são submetidos os/as profissionais, que se repetem e se prolongam durante a jornada de trabalho, provocando danos morais, sofrimento, desgaste mental e adoecimento (Raichelis; Silva, 2015, p. 600)”.

As discussões abordadas nos materiais apreendem as particularidades das formas de precarização do trabalho em que assistentes sociais têm a retração de sua autonomia e estratégias de intervenção comprometidas pelas condições objetivas presentes nas instituições em que estão inseridos/as, observando que tais situações estão conectadas diretamente a relações econômicas, políticas, sociais e culturais, regidas e determinadas pelo sistema capitalista,

O debate sobre a atuação do Serviço Social tem de considerar os diferentes espaços sócio-ocupacionais, suas particularidades, natureza, objetivos e demandas. O que se deseja observar é que mesmo a pauperização e a privatização dos serviços, com expressões distintas conforme as finalidades institucionais, estão interligadas a um bojo maior de relações econômicas, sociais, políticas e culturais, determinadas e comandadas pelo sistema capitalista (Costa; Madeira, 2013, p.108).

Tais limitações impõem barreiras à intervenção profissional às múltiplas expressões da questão social, atendidas de maneira fragmentada, entendidas como demandas institucionais, manifestando-se no cotidiano profissional enquanto alienação do processo de trabalho, pois o profissional passa a não possuir autonomia ou estar profundamente limitada na definição de recursos disponíveis para realização de suas atividades, o que incide diretamente na sua atuação. As limitações impostas, funcionam, portanto, como mecanismo de controle e redução da autonomia profissional dos/as trabalhadores/as.

As mudanças contínuas no mundo do trabalho, a desregulamentação de direitos e a instabilidade das condições de trabalho e de remuneração e das políticas sociais, na conjuntura neoliberal, têm um impacto direto no trabalho dos/as assistentes sociais e, em particular, na autonomia destes/as profissionais em contextos institucionais, caracterizando forte precarização tais como: regime de contratos temporários, terceirização, subcontratação, aumento de consultorias, burocratização do trabalho, situações estas que incidem sobre sua autonomia, restringindo estratégias profissionais e comprometendo suas condições objetivas de inserção nos espaços sócio-ocupacionais.

A precarização do trabalho portanto, destaca-se como categoria central das análises dos textos, revelando-a em suas diversas formas, desde a exploração direta da força de trabalho, sobrecargas, falta de condições estruturais, a relações violentas que geram adoecimentos tanto físicos quanto mentais desencadeados por assédios morais, sexuais. As sucessivas

aproximações com o conteúdo abordado nos textos apontam para algumas discussões essenciais que tratam do entendimento sobre autonomia por parte da classe trabalhadora, de suas relações e condições de trabalho, situações que impactam a todos/as os/as trabalhadores/as e, portanto, impacta o grupo de trabalhadores/as assistentes sociais.

Sobre a análise prática do exercício profissional do/a assistente social, a autonomia está impressa em suas ações, as quais possuem caráter propositivo-interventivo, possibilitando uma análise crítica acerca da sociabilidade dos indivíduos e da própria sociedade, para tanto, percebe-se que de modo geral a autonomia é vista como o agir de forma responsável e ética pelas diversas áreas que perpassam o contexto social. Portanto, o/a assistente social não se encontra isolado/a neste processo, sendo que sua atuação é permeada pelo contexto sócio-histórico, pela disputa presente nos projetos societários defendidos pela classe hegemônica a qual busca a conservação do poder, ainda pela posição hierárquica a que é submetido nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, contrapondo-se as legislações pertinentes a profissão que amparam estes/as profissionais (Marx, 2005; Raichelis, 2011; Yamamoto; Carvalho, 2007).

Sendo o/a assistente social um/a trabalhador/a assalariado/a, está, portanto, submetido/a as condições comuns que permeiam esta conjuntura laboral em que é realizada a venda da força de trabalho por uma remuneração. Em diversas situações, tem que atuar conforme as práticas, ou prioridades impostas pela instituição que os/as contrata, fator este, que atravessa as condições concretas para a efetivação de seu trabalho, transformando a autonomia integral em autonomia relativa o que fragmenta o alcance de sua atuação. Para o embasamento sobre o conceito de autonomia, buscou-se na teoria social crítica subsídios para apreendê-lo sob a perspectiva de Marx e Gramsci.

Em Marx (2005), a autonomia possui um caráter social emancipatório, onde os seres humanos teriam no trabalho o objetivo de prover suas necessidades de forma livre, possibilitando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Pelas concepções marxianas indica-se que, a autonomia pode ser compreendida como a capacidade de autodeterminação, porém esta não pode materializar-se por opção individual, mas por meio de atividades práticas em conexão com a totalidade. Para Gramsci (2000), a autonomia dos sujeitos deve ser observada sob a perspectiva econômico-social na contemporaneidade. Sua construção é desenvolvida por meio da práxis, necessitando a apreensão da realidade socioeconômica e estrutural de dominação, sendo esta considerada como estratégia de conservação de interesses da classe dominante em detrimento do desenvolvimento dos sujeitos sociais.

As discussões sobre a autonomia relativa dos/as profissionais assistentes sociais, abordadas nos artigos que compõem o estado da arte, remetem a vários espaços sócio-

ocupacionais em que eles/as estão inseridos, para tanto apresenta-se alguns estratos dos textos em que os/as autores/as identificam as condições e relações laborais articuladas a autonomia relativa na práxis cotidiana do Serviço Social. Para Raichelis (2011) o trabalho do profissional assistente social consiste em articular a luta por espaços no mercado de trabalho e o conhecimento de suas funções amparadas nos estatutos da categoria, logo,

[...] a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto ético político que confere direção social ao trabalho profissional (Raichelis, 2011, p. 753).

No entanto, estes sujeitos, em face da realidade objetiva, subordinam-se as normas institucionais pela necessidade de permanência no mercado de trabalho,

O cotidiano profissional é marcado por tensões e desafios, mas é nesse mesmo cotidiano que se apresentam as possibilidades de superação e enfrentamento das requisições impostas, às quais os(as) assistentes sociais não estão obrigados(as) a se submeter, dispondo de autonomia relativa para propor e negociar suas propostas profissionais (Arreguis; Raichelis, 2021, p. 150).

Os textos discutem sobre a dimensão política do trabalho do/a assistente social no cotidiano da sua atuação profissional, no Brasil o que aponta para a “[...] necessidade de problematizar as expressões cotidianas e imediatas da realidade como meio de o profissional exercitar a sua relativa autonomia intelectual e técnico-política sob a direção do projeto ético-político profissional” (Mota, 2014, p. 694). Pois, somente com esta problematização, o/a profissional pode vir a exercitar suas funções e reconquistar sua autonomia relativa no contexto profissional dentro dos espaços em que atua.

[...] é preciso problematizar as margens de relativa autonomia do (a) assistente social em seu trabalho, uma vez que as condições concretas para exercê-la, dadas pela precariedade da estrutura organizacional, estão cada vez mais sucateadas, impactando profundamente a política de gestão da força de trabalho e atingindo os direitos do funcionalismo público nas diferentes políticas sociais em que atuam (Raichelis; Silva, 2015, p. 599).

Ao discutir questões pertinentes a ampla atuação profissional a autonomia relativa e seu exercício, seja no âmbito da previdência social ou em consultorias e prestações de serviços se observa uma falsa sensação de autonomia apontada pelos/as autores/as como uma forma distorcida da realidade vivenciada pelos/as profissionais - “uma forma distorcida que oculta os processos de terceirização e quarteirização” (Souza; Anunciação, 2020; Giampaoli, 2013; Azevedo, 2014; Gomes, 2015).

No que se refere a atuação de assistentes sociais nas consultorias, verifica-se que o exercício da consultoria obstaculiza a autonomia relativa dos/as assistentes sociais, no conjunto das ações profissionais, segundo os/as autores/as, no entanto também sinalizam que há possibilidades para um exercício crítico da profissão. Argumentando que “é possível estabelecer um processo de troca de conhecimentos com chances de melhorias dos projetos profissionais no interior das instituições, com base na realidade, considerando os limites e possibilidades institucionais” (Gomes, 2015, p. 371).

Este tem sido também um locus de atuação, inserção profissional crescente, resultado das mudanças no campo laboral, e aparece como uma face modernizada do trabalho assalariado.

As consultorias apresentam-se como um possível espaço ocupacional para o profissional, surgido a partir da reestruturação produtiva brasileira. No entanto, na condição de trabalhador terceirizado, ele vivencia o processo de flexibilização e precarização de trabalho (Giampaoli, 2013, p. 266).

A ideia é: ser moderno é ser liberal e ser liberal parece expressar a ideia (ilusória) de liberdade e autodeterminação plena no trabalho. As entrevistadas apresentam a noção de qualidade diretamente relacionada à terceirização e não problematizam que a terceirização é uma das portas de entrada da precarização profissional. Apresentam uma ilusão de maior autonomia (Azevedo, 2014, p. 328).

A ilusão referenciada por Azevedo (2014), aliena o/a profissional de seu processo de trabalho, identificando a falta de percepção dos constrangimentos que esta atuação os/as incute, favorecendo o empregador, considerando então a terceirização uma porta de entrada para a precarização profissional. Percebe-se ainda o quão frágil – e permeada pelas disputas deste espaço em relação a função exercida pelos/as assistentes sociais na previdência -, é a atuação da profissão de Serviço Social junto à previdência social.

Considera-se que a extinção do Serviço Social da PS, inclusive da Divisão de Serviço Social em Brasília, impõe condições concretas para o trabalho profissional, pois apesar de os(as) AS permanecerem na PS, tiveram autonomia e importância diminuídas, além da sua rarefação, pois foram inviabilizadas novas contratações, e os(as) que permaneceram ficaram mais subordinados às gerências e respectivas imposições para o exercício de um trabalho muito mais burocratizado e distante do projeto ético-político profissional do Serviço Social (Anúnciação; Souza, 2020, p. 222).

O processo de precarização está presente até mesmo no espaço do Judiciário, contrapondo-se inclusive ao que a própria redação legal da categoria imprime:

Percebe-se que a dificuldade institucional em reconhecer a diferenciação do processo de trabalho do Serviço Social com a realidade vivida pelos demais servidores (expressivamente graduados em direito) desperta angústias e fragilidades no cotidiano laboral. Evidencia-se que o trabalho se encontra precarizado em uma dimensão correlacionada a posturas institucionalmente firmadas, no qual o assistente social se encontra subordinado e ao mesmo tempo com possibilidades interventivas (Colombi, 2016, p. 583).

Existe a necessidade de uma organização coletiva da categoria para fins de resistência e valorização da classe trabalhadora. Aliás a mobilização da classe trabalhadora tem sido a principal, se não a única, ferramenta possível a articular na disputa entre capital e trabalho capaz de produzir mudanças que atentem para as necessidades dos/as trabalhadores/as. Os sujeitos trabalhadores exercem de forma individual e coletivamente a subordinação e enquadramento às normas do capital, contudo, também “se organizam e se mobilizam no interior de um coletivo de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional” (Raichelis, 2011, p. 429).

Como tentativa de enfrentamento à toda a precarização pode-se dialogar sobre o posicionamento profissional na realidade concreta a qual está inserido.

A condição de subalternidade, incide na fragilização da dimensão teórica, metodológica e política do trabalho profissional, ameaçando a capacidade de pensar a realidade social com bases firmes e seguras no projeto profissional atual, sendo materializadas na realidade através de ações pautadas no imediatismo, no bom senso, na submissão às regras, normas e mandos institucionais, que tensionam as possibilidades de autonomia do profissional, também confrontadas pelo fenômeno de insegurança no trabalho que atinge inclusive os assistentes sociais (Moraes, 2016, p. 592).

Entende-se que a condição de subalternidade aqui, deve ser ultrapassada, visando desenvolver a construção de uma concepção de mundo crítica e coerente com o projeto profissional, corroborando assim com a autonomia da classe trabalhadora. Para o projeto ético-político do serviço social a autonomia é debatida levando em consideração o comprometimento com a defesa e ampliação desta nos processos interventivos e da autonomia relativa do/a trabalhador/a assistente social inseridos/as nos espaços ocupacionais da divisão sociotécnica do trabalho (CFESS, 2009). Trata-se da capacidade e competência do/a profissional na tomada de decisões, tais como, determinar sua prática profissional, direcionar sua ação. Essa autonomia é relativa pois, é mediada por objetivos e determinantes institucionais (Iamamoto, 2016, p.31).

As condições sócio-históricas da realidade são atravessadas pela intensa desigualdade e redimensionamento da sociabilidade e do trabalho, em que o Estado tem direcionado cada vez mais as soluções referentes à questão social para o âmbito filantrópico e do mercado, responsabilizando cada vez mais cada indivíduo e suas famílias pela busca por seu próprio bem-estar, neste cenário, ao mesmo tempo em que o Estado requisita o Serviço Social para a realização das intervenções restringe sua atuação, limita a autonomia deste/a profissional, não possibilitando de forma concreta o acesso aos recursos materiais e sociais para que a sociabilidade seja alcançada plenamente (Moraes *et al.* 2017).

Nesse sentido, Iamamoto (2011) sinaliza ser fundamental a articulação político-ideológica do/a trabalhador/a assistente social que, mesmo tendo seu trabalho permeado por interesses de classes, tem a possibilidade de direcionamento de suas ações, no intuito de efetivar direitos e construir a cidadania em conjunto com os sujeitos envolvidos no processo.

Para tanto, o/a assistente social deve imprimir um caráter político em sua atuação, objetivando que sua intervenção potencialize a elaboração de estratégias no enfrentamento às limitações presentes em seu cotidiano e efetivando a ampliação no alcance de suas ações, amparados nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, presentes nas legislações da categoria profissional.

3. CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SÃO BORJA

Buscou-se atender neste item o objetivo específico de verificar como as relações e condições de trabalho se apresentam as profissionais do Serviço Social dentro das instituições e responder à questão norteadora da pesquisa sobre quais as condições e relações de trabalho das assistentes sociais em São Borja?⁴

Ao abordar as condições e relações referentes ao trabalho, se faz necessário apreender de que forma as mesmas se estabelecem a partir da concepção de Marx (1971) apud Antunes (2008), no qual aponta constituir-se o trabalho como categoria fundante do ser social, onde o mesmo ao transformar a natureza, transforma a si mesmo, porém no modo de produção capitalista, o significado do trabalho nessa perspectiva se perde ao passo que o homem se aliena, se separa dos meios de produção, passa a vender sua força de trabalho, acaba por estranhar-se em relação aos outros homens. Deste modo as relações de trabalho constituídas nessa sociedade determinam como os sujeitos agem, se relacionam, interfere tanto nas dimensões objetivas como subjetivas da vida social.

⁴ São Borja é um município do interior do Rio Grande do Sul, fundado no dia 10 de outubro de 1.682, o município faz fronteira com a cidade de Santo Tomé, na província de Corrientes, Argentina, interligadas pela ponte internacional que conecta Brasil e Argentina. Possui área territorial de 3.616 km² e população estimada em 62.990 habitantes (IBGE, 2021). Também conhecida como terra dos presidentes por ser cidade natal de Getúlio Vargas e João Goulart dois ex-presidentes do país. Atualmente, São Borja pode ser considerada cidade universitária contando com instituições como a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Fica distante da capital Porto Alegre, cerca de 490 Km, sendo considerada região periférica do estado do Rio Grande do Sul, onde até pouco tempo havia grande dificuldade no acesso à educação superior sendo necessário grande deslocamento de trabalhadores/as em busca de qualificação em outros municípios, implicações estas consideradas particularidades deste território. Este é o contexto, que caracteriza, ainda que brevemente o lócus da pesquisa – uma cidade marcada por seu território longínquo, empobrecido, profundamente desigual, resultado da estrutura fundiária desta região.

No que diz respeito às condições subjetivas de trabalho, estas se referem ao ambiente em que o/a trabalhador/a se insere, idealizado por um ambiente de trabalho saudável, onde se tenham boas relações entre equipe. Para que se desenvolva o trabalho de forma a não haja sobrecarrega, adoecimento, assédio moral, cooptação do/a trabalhador/a por parte da instituição.

Conforme identificado nas produções pesquisadas, as relações de trabalho também se encontram precarizadas, pois os/as profissionais estão suscetíveis às mais variadas formas de exploração, encontrando na flexibilização, terceirização e consultorias algumas de suas expressões. Todas estas questões apontadas, influenciam diretamente no trabalho profissional delimitando sua atuação, mas principalmente o/a fragilizando internamente, o que pode vir a resultar em adoecimento ou desmotivação na busca da autonomia profissional.

Observa-se que a origem do sofrimento e do adoecimento se localiza principalmente nas condições objetivas (organização, instrumentos e meios) promovidas pelas instituições públicas e privadas que demandam o trabalho profissional, utilizando novas e antigas formas de precarização e intensificação do trabalho assalariado (Vicente, 2015, p.578).

Assim, pode-se perceber que devem ser problematizados os adoecimentos para que não se deteriore cada vez mais a relação e atuação do/a profissional para com seu público usuário, e principalmente para contribuir na organização coletiva da categoria profissional, repercutindo na dinâmica deste/a profissional. Ao discutir sobre o mundo do trabalho, um dos aspectos significativos para sua compreensão é a sua condição, em que destaca-se, a ultra precarização, resultante do modelo produtivo de exploração da classe trabalhadora, e sua ampliação tais como, instabilidade no emprego, baixa remuneração, aumento de jornada de trabalho, acúmulo/desvio de função, trabalho intermitente, aumento do tempo de contribuição para aposentadoria, aprovação da terceirização irrestrita etc.

[...] dos “modos de ser” da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado (Antunes, 2011, p. 408).

As novas formas de exploração acabam por subsumir o/a trabalhador/a em tempo de informatização e flexibilização das atividades, onde o trabalho orbita do ambiente corporativo ao espaço doméstico, tornando sua vida privada invadida pelas demandas profissionais, “em tempo de informatização e comunicação, percebo que se diversificaram as atividades profissionais, várias sendo realizadas ao mesmo tempo e invadindo também o tempo livre (T2,

2023)”. Tal aspecto, acaba repercutindo para além da dimensão laboral, tendo como principal objetivo a intensificação da exploração do/a trabalhador/a.

A flexibilidade ou flexibilização se constitui no contexto atual em uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural (Antunes; Praun, 2015, p. 412).

Ao buscar revelar as condições de trabalho de assistentes sociais em São Borja, a pesquisa procurou identificar as condições materiais como, estrutura física, recursos humanos e materiais, salariais, etc. No que se refere às condições de trabalho das assistentes sociais no município, as profissionais apontam, dispor de boas condições de trabalho, em sua maioria se referem a estrutura física como sala adequada e recursos materiais disponíveis para a realização do trabalho. Embora se pontue em alguns locais, necessidade de renovação de equipamentos como computadores. As profissionais indicam fatores como “grande volume e demandas diárias de trabalho, o que ocasiona uma burocratização e mais tempo envolvido; acúmulo de atividades muitas demandas que não adequaram no tempo do expediente e; muitas demandas que não faziam parte das atribuições profissionais (T1, T2, T4, 2023)”. Referem-se ainda a precariedade ou falta de investimento em equipamentos eletrônicos, insuficiência de recursos humanos, didático/pedagógicos novos, reuniões de equipe, indisponibilidade de transporte para atendimentos de demandas externas.

Tais condições, afetam diretamente na qualidade do serviço prestado, conseqüentemente o usuário. Se não temos recursos suficientes não conseguimos desenvolver um trabalho com qualidade. As relações de poder influenciam no planejamento de um trabalho estratégico, pois os profissionais não são ouvidos e, quando são, muitas vezes não tem seu posicionamento respeitado (T14, 2023).

Aos/as assistentes sociais, trabalhadores/as inscritos/as na divisão social e técnica do trabalho, tais condições não são diferentes, pois, estes/as trabalhadores/as também estão sujeitos/as a precarização do trabalho, suas ações dependem de um conjunto estrutural para que seu trabalho seja desempenhado de maneira a qualificar seu atendimento aos usuários dos serviços, tais como: sala adequada a escuta e atendimento aos usuários, capaz de respeitar os aspectos éticos de intervenção, veículo que possibilite o deslocamento para as visitas aos usuários, computador, armário para guarda de material sigiloso, etc.

[...] as condições de trabalho e as relações sociais em que estão inscritos os assistentes sociais não se dissociam da contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008), sendo atingidos pelas determinações de precarização e insegurança do trabalho o que

repercute objetivamente na construção e materialização de sua autonomia e de estratégias político-interventivas fundamentadas no projeto ético político profissional, ainda que resguardados pela Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93), pelo Código de Ética Profissional (1993) e por resoluções e normativas do conjunto CFESS/CRESS (Behring (2008) apud Moraes *et al*, 2017, p.02).

Nessa perspectiva entende-se que as condições de trabalho da categoria profissional estão atreladas a elementos estruturais e conjunturais que possibilitem o desenvolvimento de seu trabalho, também capazes de tensionar a categoria a encontrar formas de resistência e fortalecimento para reivindicar melhores condições de trabalho.

Ainda com relação as condições de trabalho, outros aspectos são observados como a sobrecarga, funções acumuladas, trabalhadoras esgotadas pela dinâmica de trabalho em decorrência da insuficiência de equipes “quanto a equipe insuficiente: as vezes acaba afetando a saúde mental do trabalhador, que precisa aceitar que não consegue dar conta de tudo (T11, 2023)”, ou mesmo equipes que não têm as condições necessárias para as atribuições exigidas no âmbito das políticas públicas, das respondentes da pesquisa onze trabalhadoras relatam que acumulam funções e apresentam sobrecarga “minhas atividades principais deveriam ser de ensino, pesquisa e extensão, mas no momento estão mais voltadas para ensino, pesquisa, gestão (comissões) e planejamento. Algumas atividades poderiam ser protagonizadas por técnicos administrativos (T2, 2023)”.

O que se revela a partir da pesquisa é que as condições vivenciadas por estas profissionais no município, estão atravessadas pelas condições objetivas de trabalho nos espaços ocupacionais em que estão inseridas, o que não difere da realidade da classe trabalhadora de forma geral. “Algumas vezes o que afeta o trabalho do profissional de serviço social são as relações com a chefia por desconhecer o trabalho do assistente social (T18, 2023)”.

Sobre as alterações ocorridas no trabalho profissional e sua repercussão sobre a saúde do/a trabalhador/a,

[...] os influxos das mudanças do trabalho profissional têm atingido a condição do assistente social como trabalhador assalariado: baixos salários, instabilidade no emprego, desemprego dos profissionais, desvio de função, repercussão negativa do trabalho sobre a saúde dos profissionais, insatisfatórias condições de trabalho, extensão da jornada de trabalho, multiplicidade de vínculos por parte dos profissionais, multiplicidade de relações de trabalho dos empregados (efetivos e terceirizados) da mesma equipe, grande mobilidade entre o local de moradia e o espaço de trabalho (Raichelis, 2013, p. 627).

Apesar do conjunto de situações precarizadas de trabalho, identifica-se que as assistentes sociais de São Borja que participaram da pesquisa, possuem, em alguma medida, consciência de que as condições objetivas de seu cotidiano profissional não são particularidades apenas de sua realidade local. Constitui-se como resultado de uma condição estrutural inerente

ao modelo de produção e fruto do neoliberalismo, portanto, impactando diretamente nas condições de trabalho em sua totalidade, esta compreensão é resultado da leitura crítica que o Serviço Social faz da realidade.

Devido as novas determinações do capital a precarização embrica-se na intensificação do trabalho. Centrado nas correlações de forças, e relações de poder, nesse sentido o assistente social precisa ter um posicionamento em relação as demandas que chegam, é preciso ir conquistando espaço (T4, 2023).

Tais determinações acabam por gerar um impulsionamento da flexibilização das relações de trabalho nas empresas, no que se refere a salários, jornada de trabalho, etc, fazendo com que sejam modificadas as formas de trabalho, crescendo a informalidade.

[...] os padrões de gestão e organização do trabalho”, inspirados no toyotismo, revelam condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.), sustentados na gestão pelo medo, nas formas de abuso de poder, por meio do assédio moral e da discriminação criada pela terceirização (Antunes; Druck, 2015, p.27).

Ao posicionar-se à cerca da realidade concreta o/a profissional de serviço social amplia a possibilidade de fortalecer sua dinâmica de atuação e resistência frente os desafios do cotidiano laboral.

Para fazer frente a essa conjuntura desafiadora que interpela trabalhadores(as) e entidades de representação profissional e acadêmica, é fundamental ampliar e multiplicar os fóruns e debates coletivos, mesmo que virtuais, internos e externos ao Serviço Social. E resgatar o sentido de pertencimento de classe e alianças com forças coletivas de resistência (Arreguis; Raichelis, 2021, p 150).

Ainda que o Serviço Social atue em todos os campos profissionais, as reflexões sobre as condições de trabalho problematizam de forma significativa o trabalho profissional no âmbito das políticas públicas, onde exercem atividades de elaboração, gestão e execução de programas e serviços sociais, no âmbito da pesquisa isso também fica evidente, pois a amostra do estudo é composta por assistentes sociais que atuam em diferentes políticas públicas - saúde, assistência, educação, etc. Mesmo que estas profissionais estejam em espaços de trabalho a serviço do Estado, este como empregador, não dispõe muitas vezes de condições materiais, estruturais e recursos humanos necessários para o desenvolvimento das ações, refletindo nas condições objetivas tais como organização de instrumentos e meios, dentro das instituições que demandam o trabalho profissional.

O sucateamento das políticas públicas ao longo dos anos produziu uma barreira muito grande do povo brasileiro ao acesso aos seus direitos de forma gratuita. A

ideologia de que as políticas públicas não dão conta dos atendimentos à população, que a instituição deveria ser entregue a previdência privada (T11, 2023).

Nessa perspectiva o Estado se apresenta como agente opressor, pois dificulta, restringe, indisponibiliza recursos financeiros, atuando mancomunado aos ditames do capital o que acaba por precarizar o trabalho.

O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho (Ceolin, 2014, p. 261).

Inexistem limites para a precarização que se manifestam sob formas diferenciadas, estas capazes de articular em uma única cadeia produtiva desde o trabalho terceirizado, quarteirizado, muitas vezes realizado no domicílio dos/as próprios/as trabalhadores/as, intensificado ao limite, desenvolvido nos ambientes ‘modernos’ e ‘limpos’ das corporações mundiais. Configurando, portanto, sob a atual fase do capitalismo, o domínio do trabalho, sendo mais do que nunca, domínio do tempo de trabalho (Antunes, 2011; Mészáros, 2002).

No que tange às condições salariais das trabalhadoras assistentes sociais de São Borja e ainda que se tenha tomado precauções quanto a preservação dos dados das participantes, é possível perceber uma diversidade de condições remuneratórias, destaca-se ainda que as respondentes recebem remuneração entre R\$1.500,00 a mais R\$5.000,00. Deste modo acaba por gerar um abismo entre os salários pagos. Ainda que seja importante sinalizar que estas trabalhadoras atuam em diferentes esferas, federal, privada, município, filantrópicas implicando em diferentes planos de carreira, diferentes níveis de formação, carga horária distintas etc. Contudo, é imprescindível assinalar um fato relevante se apresenta nas respostas da pesquisa é que existe uma discrepância salarial entre profissionais da mesma esfera e instituição empregadora, caracterizando a falta de isonomia salarial. Neste quesito se faz importante destacar como exemplo a organização e resistência dos trabalhadores do SUAS onde:

A “gestão do trabalho no SUAS” demonstra no percurso histórico da conformação da Assistência Social brasileira a luta pela valorização dos trabalhadores desta política e por consequência a qualificação dos serviços e garantia dos direitos socioassistenciais. [...] destaca-se ainda, que as diretrizes para a gestão do trabalho no SUAS estão voltadas para o trabalhador do SUAS, servidor público, o que deixa uma brecha no processo de valorização dos trabalhadores da extensa rede privada de entidades de Assistência Social, trabalhadores que se distribuem pelo País em uma diversidade de condições de trabalho, numa discrepância heterogênea entre estados e municípios (Berwig, 2018, p. 71).

Neste aspecto pontua-se os princípios e diretrizes contidos na NOB-RH/SUAS concebidos na perspectiva de qualificar os serviços socioassistenciais, entendendo que um serviço de qualidade perpassa o planejamento do processo de trabalho para que haja qualificação e valorização dos trabalhadores e sua contratação, contemplando o provimento dos cargos através de concursos públicos, compondo as equipes com o quantitativo de trabalhadores/as necessários/as para a efetivação dos serviços (Berwig, 2018, p. 71).

Com relação as respondentes da pesquisa, 11 das 21 profissionais da amostra são concursadas, as demais apresentam relações de trabalho condicionados à vínculos laborais diversos como celetista e contratos temporários. Referente ao último quesito, uma profissional aponta ter contrato renovado a cada 3 meses, tal situação revela a precarização das relações laborais evidenciando também a dificuldade que as profissionais têm na construção e manutenção de vínculos com os/as usuários/as dos serviços, o que interfere diretamente na sua atuação.

Ainda que o concurso público pareça ser um lugar com maior estabilidade e melhores condições laborais, a pesquisa mostra que ele não está livre dos processos de exploração e precarização, “as limitações orçamentárias impedem o exercício de trabalho, a falta de recursos impede o desenvolvimento de atividades de [...] pesquisa e extensão; vínculos fragilizados e hierarquia institucionais impositivas podem limitar a ampliação de novas propostas de atendimento aos usuários (T12, 2023)”.

Considera-se a importância de dinâmicas coletivas entre as profissionais, de modo a tensionar os entes federados a uma equiparação salarial dentro das esferas, municipal, estadual e federal, ou mesmo um maior engajamento pela aprovação do piso salarial da categoria profissional, convergindo com o movimento de luta de outras categorias profissionais que já conquistaram sua aprovação.

3.1 Percepções profissionais sobre autonomia em São Borja

A partir dos dados coletados na pesquisa buscou-se neste item atender ao objetivo específico de compreender como as trabalhadoras do Serviço Social de São Borja percebem a autonomia em suas respectivas instituições. As reflexões consistem em responder a seguinte questão norteadora - qual a percepção das profissionais assistentes sociais de São Borja sobre sua autonomia dentro das instituições?

Como já discutido no item 2 deste texto, a autonomia se refere, a uma condição do trabalho assalariado, portanto, está condicionada às condições e relações de trabalho, assim

como a autonomia do trabalhador/a assistente social – sujeito da classe trabalhadora -, que vive da venda de sua força de trabalho às instituições que o/a empregam nas diferentes esferas: estatal, empresarial, organizações privadas, filantrópicas e de representação de trabalhadores. As relações instituídas com os diversos atores sociais acabam por condicionar o processamento do trabalho concreto realizado no dia a dia, bem como o significado social dos resultados obtidos (Iamamoto, 2016, p. 31).

Observa-se as apreensões das assistentes sociais de São Borja, sobre suas condições de autonomia em seu trabalho, onde apontam que “a autonomia fica fragilizada, devido a coordenação verticalizada e centralizada. Acolhida precarizada devido à falta de conhecimento da equipe sobre a política a qual está inserida (T15, 2023)”. Considerando a profissional atuante no espaço acadêmico “há uma maior liberdade neste espaço. Mesmo quando a autonomia é fragilizada foi possível alguns diálogos que levaram a amenização das ações e relações (T12, 2023)”.

Ao buscar as percepções das assistentes sociais de São Borja quanto a autonomia a pesquisa revelou diferentes apreensões, algumas profissionais entendem que possuem plena autonomia “penso que possuo plena autonomia dentro da instituição, havendo espaço de troca, contribuição, sugestão, o profissional assistente social participa de todas as reuniões de equipe dentro da instituição o que possibilita estar a par do todo que envolve as demandas” (T4, 2023).

Ainda, na observação da resposta sinalizada, em que seis assistentes sociais informam ter plena autonomia, aparecem contradições em relação a tais respostas, pois, na condução das respostas do mesmo questionário, a profissional aponta a limitação desta autonomia: “possuo plena autonomia, porém não deixa de ser relativa às vezes, porque em alguns momentos as ações precisam ser dialogadas e negociadas (T11, 2023); a autonomia torna-se relativa quando quero fazer algum projeto e não tem meios para concretizar” (T17, 2023). “Muitas vezes torna-se um desafio, devido ao assistencialismo enraizado em nossa sociedade” (T16, 2023).

Outras profissionais entendem que sua autonomia é relativa, pois este modelo de produção constitui determinações que são limitadoras, ainda que algumas profissionais consigam exercê-la de forma ampliada. Partimos do pressuposto que

O Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal” dela decorrente os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto o exercício da profissão é *tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social*, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional (Iamamoto, 2008, p. 31).

As profissionais indicam haver hierarquias que devem ser respeitadas nas instituições, e que os limites institucionais acabam por restringir sua atuação em determinados campos. “O assistente social está sujeito a ditames institucionais que não lhe conferem total autonomia” (T4, 2023). Há o entendimento por parte de alguns/as profissionais de que a autonomia diz apenas da relação com a subordinação as chefias como evidenciado nas respostas direta ou indiretamente: “tenho ótima relação de trabalho com a chefia” (T13, 2023); “não há interferência da chefia imediata” (T5, 2023), contudo se faz imperioso ressaltar que, a autonomia não diz respeito somente às relações interpessoais, ou do que é determinado pelas chefias, ou empregador no âmbito da instituição, mas se refere ao conjunto maior de condições e relações que configura este modelo de produção.

O maior entrave na política de saúde são os atravessamentos de politiqueros. Estes desconhecem a política pública, apenas se favorecem com votos por meio do assistencialismo. Nos atendimentos aos usuários, reforço sempre, que eles têm direitos e que não estão sendo “ajudados” por ninguém. É necessário fornecer as informações pertinentes para fortalecer nosso usuário (T5, 2023).

Percebe-se com isto que mesmo na atuação da categoria profissional, não se está livre de atravessamentos por diversos atores como os políticos assistencialistas, as políticas públicas seletivas, e hierarquias institucionais, que se impõem sobre o atuar destas profissionais, interferindo e restringindo sua autonomia. Seis profissionais apontam para uma maior autonomia a depender da política pública em que estão inseridos. “Tenho total liberdade para o exercício do meu trabalho e para tomada de decisões, sempre em conformidade com a equipe técnica e diretiva, mas com total autonomia” (T13, 2023). “Considero ter autonomia, em algumas situações ainda há distorção sobre o fazer profissional, vinculado à Assistência Social, sendo necessário enfatizar sobre a diferença entre as políticas públicas” (T20, 2023); “não tenho interferência nem da coordenadora nem dos colegas, organizo meu trabalho da forma que entendo ser mais adequada, tenho minha autonomia respeitada (T17, 2023)”; “tenho algum tempo para ações que vão além da instituição (T3, 2023).

Deste modo autonomia se amplia ou se retrai em resultado das condições que cada profissional possui, que vão desde o vínculo, forma de contratação, até suas condições salariais. “O Serviço Social na instituição atualmente não tem autonomia para elaborar seu plano de trabalho, poderia ser formatada conforme as características e demandas diárias de cada agência (T10, 2023)”. Nesse aspecto há, portanto que se problematizar sobre a autonomia profissional, pois,

Somente problematizando as expressões cotidianas e imediatas da realidade e que se constituem em demandas às instituições e ao Serviço Social pode o profissional

exercitar uma relativa autonomia intelectual que oriente suas propostas de intervenção com base nas condições objetivas existentes (Mota, 2014, p. 700).

A autonomia do Serviço Social se caracteriza por possibilitar que o/a profissional possa apresentar propostas que ultrapassem tão-somente a demanda institucional, o que viabiliza aos/as mesmos/as uma certa amplitude de atuação, dependendo de sua concepção social o que direcionará sua intervenção.

No que tange às perspectivas de ampliação da autonomia as profissionais referem, que poderia ser possível, por meio de “reuniões de equipe, estudos plano de cargos e salários, com palestras, rodas de conversa, grupos de apoio humanizados e diálogo com equipe multiprofissional, sempre buscando estratégias para melhorar a autonomia (T7, 2023)”.

Também indicam o diálogo, aumento do efetivo de assistentes sociais, como forma de pensar estratégias que possibilitem a ampliação da autonomia: “maior diálogo com os superiores com intuito de facilitar o acesso aos sujeitos e familiares” (T9, 2023); “reconhecimento de realidade e conjuntura de cada curso; desburocratização de fluxos, suporte da gestão legal e psicossocial aos profissionais” (T12, 2023); “inclusão dos profissionais assistentes sociais para elaboração dos planos de trabalho, apresentação de diagnóstico local de cada realidade, municipal, regional, estadual” (T11, 2023); “a partir de um maior número de profissionais de serviço social no setor, da melhoria financeira da instituição” (T3, 2023); “por meio de projetos e ações juntamente com os demais profissionais a fim de fomentar ações de informação e esclarecimento, para que a sociedade apreenda a respeito do trabalho do assistente social” (T16, 2023); “uma gestão participativa que ouvisse profissionais e usuários e que fosse uma política pensada a partir reais necessidades dos usuários” (T14, 2023); “trata-se de uma busca constante por uma ação profissional politizada, compromissada com as bandeiras de luta” (T4, 2023).

Referem ainda sobre a importância de as profissionais estarem cientes de suas atribuições e competências, de modo que contribua para uma maior valorização profissional, “[...] ainda há falta entendimento de alguns profissionais sobre as atribuições do assistente social dentro da instituição, há necessidade de maior divulgação e valorização do profissional” (T20, 2023). Tais fatores causam inflexões nas condições de trabalho dos assistentes sociais e, também, reorientaram sua função social, já que novas demandas são instituídas aos profissionais, incidindo sobre suas competências, atribuições e autonomia (Giampaoli, 2013, p. 268).

[...] através do conhecimento do profissional de suas competências e limitações dentro do espaço de trabalho. Na realidade da atuação devemos entender que somos limitados

e não conseguiremos atender a todas as demandas. Mas que isso não seja um empecilho para lutarmos por melhores salários, maior reconhecimento e por uma atuação profissional mais eficaz (T17, 2023).

As respondentes, destacam também a grande relevância dos conselhos da categoria profissional.

A importância dos conselhos (CRESS, CFESS) em fortalecer e apoiar a categoria profissional perante os municípios, enviando normativas sobre valorizar e viabilizar concursos públicos para inserção de profissionais em políticas públicas, no intuito de que os direitos dos usuários sejam efetivados (T20, 2023).

Sobre a participação política em instâncias e organizações representativas, a pesquisa revela a participação das assistentes sociais em Sindicatos; GT Serviço Social na Educação; Conselhos (COMUI, CMAS, CMS); GT Assistência do CRESS 10ª Região/RS; Comissão de interiorização do CRESS; CMPD, COMDICA, Conselho Municipal de Saúde, onze afirmam não participar e duas não responderam a esta questão.

Percebe-se neste sentido que há uma expressiva participação política das trabalhadoras assistentes sociais do município, entendendo a necessária movimentação na perspectiva da manutenção e garantia de direitos, porém,

O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta (Druck, 2011, p. 39).

Existe uma intrínseca ligação e articulação entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, presentes na desestruturação do mercado de trabalho e na atuação do Estado, tendo papel de desproteção social, tanto nas práticas de organização e gestão do trabalho, quanto nos sindicatos, degradados por uma enorme vulnerabilidade social e política (Druck, 2011), como aparece em trecho da pesquisa

[...] com o trabalho remoto, a divisão do trabalho, metas diárias, não há mais trabalho em equipe, cada trabalhador fica responsável pelos seus processos. Existe uma equipe técnica para cada serviço, como o Serviço Social e Reabilitação Profissional, mas são poucos para a grande demanda existente atualmente, muitas agências sem profissional lotado e ainda faltam peritos médicos nas agências, e também dificuldade de trabalho em equipe com a perícia médica que não faz parte da instituição, e sim vinculado a outro ministério (T10, 2023).

As discussões sobre autonomia perpassam os diferentes espaços ocupacionais, neste sentido, as respostas da pesquisa, corroboram com o que alguns autores/as apontam:

A proximidade do Serviço Social e seus(as) trabalhadores(as) com diferentes segmentos das classes trabalhadoras e populares cria condições para o conhecimento das suas reais necessidades, seus modos de vida, de trabalho e de luta pela sobrevivência, suas fragilidades e fortalezas lapidadas pelo duro cotidiano. A socialização de informações, assim como a denúncia sobre violação de direitos, são instrumentos potentes a ser mobilizados (Arreguis; Raichelis, 2021, p 149).

Entende-se, portanto, que a partir das questões trazidas pelas profissionais do município, e para que haja de fato uma autonomia ampliada, há a necessidade de um maior protagonismo e participação de todos/as os/as profissionais envolvidos/as no processo de trabalho, o que resultaria em condições e relações laborais mais saudáveis e conseqüentemente qualificaria o atendimento à população usuária. Os processos de precarização do trabalho constituem-se em grandes desafios cotidianos as assistentes sociais, visto que as relações estão postas e condicionadas pela estrutura do capital. Fazer o enfrentamento à essas condições podem ser adoecedoras se não forem coletivas.

A luta pela autonomia profissional é um processo adoecedor e desgastante. Falta entendimento tanto de gestores, como de profissionais do SUAS a respeito da política de assistência social. A visão que predomina é da lógica assistencialista e da política pobre p/ pobres. São criadas cada vez mais barreiras para que os sujeitos acessem direitos (T14, 2023).

Tais cerceamentos de direitos acabam por limitar em níveis variados a autonomia profissional, trata-se assim de “uma luta diária para tentar garantir a autonomia profissional. Absolutamente todos os dias recebemos requisições para realizarmos atividades incompatíveis com nossas atribuições e competências. Frequentemente sofremos pressões e dispomos de recursos escassos (T14, 2023)”, situações estas interferem e conseqüentemente limitam a direção social da atuação profissional, incidindo sobre o caráter interventivo da profissão.

4 Considerações finais

Resgatando o objetivo central da pesquisa, sobre analisar o contexto de trabalho dos/as assistentes sociais no município de São Borja a fim de contribuir no fortalecimento das lutas do Serviço Social na defesa de condições éticas e técnicas para o trabalho profissional, bem como, contribuir para o fortalecimento da classe trabalhadora, responde-se ao problema de pesquisa através dos dados obtidos por ela. A partir das respostas obtidas por meio deste estudo, é possível inferir que, as trabalhadoras assistentes sociais do município de São Borja encontram-se assim como a classe trabalhadora de modo geral, envolvidas na trama das relações sociais que sustentam a estrutura da sociedade capitalista e de corrente neoliberal, e que as condições

e relações que conformam seu cotidiano profissional, afetam sua subjetividade, podam sua criticidade. Num contexto em que a escassez de recursos é cada vez mais intensa, sua intervenção se torna seletiva, restritiva, não universalizante, requerendo ações focalizadas, orientadas pelos ditames institucionais regradas pelo capital.

A condução de suas ações profissionais, perdem a práxis teleológica, se reduz a práticas burocráticas e fragmenta sua ação profissional, acabando por obstaculizar o vínculo com os/as usuários/as, perdendo o caráter pedagógico e social da profissão. Tais apreensões empíricas denunciam um/a trabalhador/a alienado/a, estranhado/a perante sua própria classe, um/a trabalhador/a capturado/a pelo capital. Diante do contexto apresentado, a pesquisa aplicada no município de São Borja não revela uma grande nova categoria referente às condições laborais, trata-se das velhas morfologias, reconfiguradas frente a ofensiva do capital, elas reforçam antigas relações de precarização do trabalho.

O que se pretende com este estudo é, portanto, retomar antigos debates que em decorrência das próprias condições de trabalho, acabam esquecidas e abandonadas pela profissão, e que ao abandoná-las a categoria perde força na luta por melhores condições de trabalho, implicando na frágil mobilização, desarticulação, na alienação do entendimento de que essa é uma luta de classe, e, portanto, uma luta coletiva. Nessa perspectiva, considera-se extremamente importante o diálogo, debates, movimentos de reflexão à cerca da realidade vivida pelos/as profissionais, mecanismos estes capazes de contribuir na articulação de respostas às demandas, fortalecimento da categoria e da classe trabalhadora com potência para ultrapassar tão somente ações pontuais e imediatas do cotidiano profissional.

Desse modo o potencial transformador da profissão poderá ser ampliado por meio da cooperação coletiva da categoria e classe trabalhadora o que resultará na ação propositiva/interventiva almejada pela profissão. Deseja-se, pois, que este espaço da academia, ao aproximar-se da realidade concreta dos/as trabalhadores/as, se configure como espaço de acolhimento aos/as profissionais assistentes sociais e que estes possam, ressignificar sua posição enquanto classe trabalhadora, independente da política em que atuam.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto ético-político do Serviço social: 30 anos na luta em defesa da humanidade**. In: CFESS Manifesta: 30 anos do Congresso da Virada, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 21.ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, Ricardo; Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/3JD9n46H3Dhn7BYbZ3wzC7t/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 de Out. 2023.

_____. **Século XXI**: nova era da precarização estrutural do trabalho. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf> Acesso em: 10 Set. 2023.

_____; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 123, p. 407-427, jul./set.2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030> Acesso em: 10 de Set. 2023.

_____; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 – 2015. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf> Acesso em: 20 de Nov. 2023.

ANUNCIACÃO, Luís; SOUZA, Edvânia Ângela de. Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0. **Serviço Social & Sociedade**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zZWKsty5RyS4XVgVPtN8ChJ/#> Acesso em: 18 de Out. 2023.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/y6xsw5mjn7NNtpxG8KkKKbC/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

BERWIG, Solange Emilene. **Os trabalhadores do suas**: regulação e resistência em tempos de reforma do estado brasileiro. Porto Alegre 2018. Disponível em: Tese final - Solange Emilene Berwig.pdf. Acesso em: 15 de Out. 2023.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

COLOMBI, Bárbara Leite Pereira. A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário. **Serviço Social & Sociedade**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/CwqKQ5v9T7dj3ZL9WvG5jmF/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 16 de Out. 2023.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Trabalho, práxis e Serviço Social. **Katálysis**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Q4rkMqtvqLdTKNZVMRryLkc/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências**: novos e velhos desafios Caderno crh, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 35-55, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19219/12482> Acesso em: 13 Ago. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. 2016 Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf> Acesso em: 23 de Out. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São Borja**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama> Acesso em 17 de Nov. 2023.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço. **Serviço Social & Sociedade**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wGhKvYBcmJKZBpC93mKb9MN/> Acesso em: 17 de Out. 2023.

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/C98vGLhX4KQgNd97NYDqjCj/?format=html&lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

MORAES, Carlos Antônio de Souza; MARTINS, Aline de Aquino; GONÇALVES, Carla Manguera; SOUZA, Helton da Silva. **A autonomia relativa do assistente social nos limites das tensões capital x trabalho**. 2017 Anais do I Colóquio Internacional e IV Colóquio Nacional sobre o trabalho do Trabalho do/a Assistente Social. Disponível em: [Artigo I Colóqui Internacional sobre o trabalho do assistente social.pdf](#) Acesso em: 17 de Out. 2023.
_____. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social & Sociedade**. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/mXcmbGVxMFzHYVMxKwZ9tDb/#> Acesso em: 17 de Out.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gkDFx8PW5zwSCRrbDrhWwcv/?lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nWD4BRgixy4H54tJtXyxVst/?format=html&lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?lang=pt> Acesso em; 16 de Out. 2023.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/#> Acesso em: 18 de Out. 2023

_____; ARREGUIS, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242> Acesso em: 17 de Out. 2023.

_____; SILVA, Ociana Donato da. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social & Sociedade**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/KtTLWdcSjnS687LXGYF65HL/#> Acesso em: 17 de Out. 2023

SÃO BORJA, Prefeitura de São Borja. **Histórico**. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/historia>. Acesso em: 17 de Nov. 2023.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Revista Serviço Social e Sociedade**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DWKB5jXrBfHBKF7dd68vs9k/#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

APÊNDICES

Questionário do Trabalho de Conclusão de curso de Serviço Social - Unipampa

Olá, meu nome é Vanessa Ribeiro Contreira Graebin, sou estudante de Serviço Social, e estou te convidando a participar da pesquisa sobre as condições e relações de trabalho dos/as Assistentes Sociais em São Borja. Sua participação é voluntária, e não serão identificados sujeitos respondentes nem instituições/espços sócio-ocupacionais, logo, todas as manifestações serão tratadas de forma sigilosa sem risco de comprometer a identidade dos sujeitos conforme orientam as normas de Pesquisa e o Código de Ética da profissão. Caso aceite participar, basta responder o formulário e havendo dúvidas pode contatar os responsáveis:

Estudante: Vanessa Ribeiro Contreira Graebin

Fone de contato: (55) 99172-0934

Orientadora: Solange Emilene Berwig

Fone de contato: (55) 99109-6615

1. Instituição de trabalho: _____ (será mantido em sigilo)

2. Qual seu vínculo profissional:

() CLT () Contrato () Concurso
() Trabalho Voluntário () Outros (Qual?) _____

3. Condições salariais:

() Entre R\$1.500,00 a R\$2.500,00 () Entre R\$2.500,00 a R\$3.500,00
() Entre R\$3.500,00 a R\$5.000,00 () Mais de R\$5.000,00
() Outras opções

4. Além da graduação, possui:

() Especialização () Especialização a nível de residência profissional
() Mestrado () Doutorado

5. Como você avalia as condições materiais do seu trabalho:

() Boas () Regulares () Ruins

Justifique sua resposta (descreva aqui porque você entende que as condições são boas, regulares ou ruins):

6. Como você avalia as condições estruturais:

() Posso espaço de trabalho privativo em conformidade com as orientações do CRESS.
() Não posso espaço privativo, mas estão preservadas as condições de sigilo no atendimento aos usuários.
() Não está adequado às condições exigidas pelo CFESS.

Com base na sua resposta, fale um pouco mais sobre seu espaço de trabalho:

7. Como você avalia as relações no seu ambiente de trabalho:

- Tenho plena autonomia no exercício da profissão, tanto em relação a chefia quanto a equipe.
 Minha autonomia é relativa, pois está condicionada à hierarquias institucionais.
 Nenhuma autonomia, pois as relações institucionais determinam o meu fazer profissional.

Com base na sua resposta, fale um pouco mais como são as relações de trabalho na sua instituição:

8. Fale a respeito da constituição da equipe de trabalho na relação com a demanda dos usuários:

- Suficiente Insuficiente Precária

9. Considerando suas condições de trabalho atuais (vínculo, relações com chefia, condições materiais/estruturais), escreva em que medida essas condições afetam o trabalho profissional do Serviço Social?

10. Você participa de alguma instância de organização política (CRESS, GT do CRESS, Fórum de trabalhadores, Sindicatos, etc.)?

Cite quais:

11. As condições e relações de trabalho dentro da instituição possibilitam que você siga as orientações contidas nos Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais elaborados pelo CFESS? Fale a respeito:

12. Qual sua percepção sobre sua autonomia dentro da instituição?

13. Como você avalia que poderia ser ampliada sua autonomia profissional?

Deixe aqui algum comentário ou observação que você considera não ter sido contemplado nas questões anteriores.

Sua participação é muito importante, obrigada!

APÊNDICE B

ESTADO DA ARTE

Artigos online

Revistas brasileiras de Serviço Social com Qualis A1 (quadriênio 2013-2016)

Revista/ Ano de Publicação	Título	Palavras chave	Resumo	Link autores	Observações pertinentes
Revista Kátalýsis 2013	Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional	Serviço Social; Intervenção profissional; Política social	Este artigo discute política social e Serviço Social e os desafios que esta relação apresenta para a intervenção profissional. Enfatiza o florescimento e o aprofundamento desse debate ao longo das duas últimas décadas do século 20, e a sua consolidação no início do século 21, que se expressam através da consistente produção de conhecimento e da inserção peculiar dos órgãos representativos da categoria profissional no processo de luta pela institucionalização das políticas públicas compatíveis com os valores contidos no Código de Ética Profissional dos assistentes sociais. O enfoque maior recai sobre a questão da intervenção dos assistentes sociais, no campo da política social, ao implementar o projeto profissional, comprometido com a defesa dos direitos sociais de caráter universal. Nessa perspectiva, trata a política social como um campo contraditório, permeado por interesses e projetos societários antagônicos, no qual se reatualizam questões diretamente articuladas à especificidade e à autonomia profissional.	https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/# Regina Celia Tamaso Miotto Vera Maria Ribeiro Nogueira	A partir da crise do capitalismo mundial, houve forte redução dos ideais universalizantes e igualitários dos direitos sociais instituídos a partir da CF de 1988, substituídos por medidas focalizadas na população vulnerável, incidindo sobre a autonomia do assistente social, burocratizando os serviços e impondo metas quantitativas aos profissionais. O profissional que antes detinha certa independência ao implementar ações vinculadas aos valores éticos da profissão, a partir de sua leitura da realidade se depara com a redução na possibilidade de programar suas ações, sendo submetido a um forte controle gerencial, onde incluem-se fatores de informatização responsáveis por avaliar as etapas das políticas sociais setoriais. A função da intervenção profissional no campo das políticas sociais é alterada e condicionada de acordo com as possibilidades de um determinado momento histórico.
Revista Serviço Social e Sociedade 2015	Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação	Trabalho; Desgaste mental; Assistente social; Adoecimento; Sofrimento	O presente artigo sintetiza reflexões sobre como as formas de organização e gestão do trabalho de assistentes sociais com as políticas sociais, na atual fase do capitalismo, são potencialmente geradoras de <i>desgaste mental</i> . A partir da análise de relatos, em pesquisa qualitativa na área de habitação de interesse social, ficaram evidenciados sofrimentos e adoecimentos que necessitam ser conhecidos e divulgados para contribuir com a organização coletiva de assistentes sociais.	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DWKB5jXrBfHBKF7dd68vs9k/# Damares Vicente	Considera-se que na organização, gestão e processamento do trabalho das entrevistadas estão presentes condições, relações, demandas, instrumentos e técnicas que levaram ao <i>desgaste mental</i> , tal qual referido por Seligmann-Silva (2011) e Laurell (1989), enquanto perda de capacidade física/mental, potencial ou efetiva. Observa-se que a origem do sofrimento e do adoecimento localiza-se principalmente nas condições objetivas (organização, instrumentos e meios) promovidas pelas instituições públicas e privadas que demandam o trabalho profissional, utilizando novas e antigas formas de precarização e intensificação do trabalho assalariado, no atual contexto das transformações do mundo do trabalho e das políticas sociais. Esse contexto nos demonstra a dinâmica das relações sociais de classes em disputa, asseverando a distância entre os objetivos institucionais e as necessidades e demandas da população, terreno no qual se move a profissão.

<p>Serviço Social & Sociedad e</p> <p>2015</p>	<p>Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social</p>	<p>Consultoria; Empresa; Serviço Social</p>	<p>Este texto baseia-se em resultados parciais da dissertação de mestrado elaborada em 2010 na UFRJ e também da tese de doutorado, em fase de elaboração na UERJ. Em continuidade as nossas pesquisas iniciadas na primeira década do século XXI, priorizamos quatro objetivos: identificar até que ponto a inserção nas consultorias reatualiza a herança conservadora no Serviço Social; desvendar os impactos desses processos de precarização do trabalho profissional; verificar se o exercício da consultoria obstaculiza a autonomia relativa dos assistentes sociais e identificar se, no conjunto das ações profissionais, há possibilidades para um exercício crítico da profissão.</p>	<p>https://www.scielo.br/j/sssoc/a/C98vGLhX4K0gNd97NYDqiCj/?format=html&lang=pt#</p> <p>Márcia Regina Botão Gomes</p>	<p>[...] os assistentes sociais terceirizados, com vínculo ou sem vínculo de trabalho nas chamadas consultorias, são expressão dessa nova morfologia, ainda que sejam profissionais qualificados. Pois os diversos formatos de precarização têm afetado os trabalhadores de vários segmentos, entre outras formas, pela apropriação por parte do capital das consultorias, configurando uma forma distorcida que oculta os processos de terceirização e quarteirização.</p>
<p>Serviço Social & Sociedad e</p> <p>2013</p>	<p>Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço</p>	<p>Serviço Social de empresa; Consultoria em Serviço Social; Consultoria; Terceirização</p>	<p>Este artigo apresenta o resultado de pesquisa qualitativa realizada com assistentes sociais, trabalhadores de consultorias empresariais, cujas atividades são terceirizadas para empresas privadas. As consultorias apresentam-se como um possível espaço ocupacional para o profissional, surgido a partir da reestruturação produtiva brasileira. No entanto, na condição de trabalhador terceirizado, ele vivencia o processo de flexibilização e precarização de trabalho.</p>	<p>https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wGhKyYBcmJKZBpC93mKb9MN/</p> <p>Maria Cristina Giampaoli</p>	<p>Nas empresas, os postos de trabalho profissional são reduzidos, quer pela não substituição de trabalhadores desligados quer pela absorção das tarefas do profissional por elementos polivalentes, "quanto na transferência das atividades do assistente social para terceiros, na forma de consultoria" (Cesar, 2010, p. 135). Esses fatores causaram inflexões nas condições de trabalho dos assistentes sociais e, também, reorientaram sua função social, já que novas demandas foram instituídas aos profissionais, incidindo sobre suas competências, atribuições e autonomia.</p>
<p>Serviço Social & Sociedad e</p> <p>2013</p>	<p>Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial</p>	<p>Crise mundial; Políticas de proteção social; Intensificação; Precarização; Assistente social; Trabalho assalariado</p>	<p>Este texto trata das transformações que atingem as políticas de proteção social no contexto da crise capitalista contemporânea e seus desdobramentos no trabalho do assistente social. Problematisa o trabalho do assistente social evidenciando por inteiro sua condição como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de um salário. O texto também analisa os constrangimentos a que eles se veem submetidos diante dos processos de intensificação e precarização do seu trabalho nos espaços institucionais públicos e privados onde exercem atividades de elaboração, gestão e execução de programas e serviços sociais.</p>	<p>https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nWD4BRgixy4H54ttXyxVst/?format=html&lang=pt#</p> <p>Raquel Raichelis</p>	<p>O trabalho profissional na perspectiva do projeto ético-político exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia relativa, atribuições e prerrogativas profissionais. Segundo levantamentos realizados pela equipe da Ufal (Trindade et al., 2012), em pesquisas sobre mercado de trabalho do assistente social, os influxos das mudanças do trabalho profissional têm atingido a condição do assistente social como trabalhador assalariado: baixos salários, instabilidade no emprego, desemprego dos profissionais, desvio de função, repercussão negativa do trabalho sobre a saúde dos profissionais, insatisfatórias condições de trabalho, extensão da jornada de trabalho, multiplicidade de vínculos por parte dos profissionais, multiplicidade de</p>

					relações de trabalho dos empregados (efetivos e terceirizados) da mesma equipe, grande mobilidade entre o local de moradia e o espaço de trabalho.
Serviço Social & Sociedad e 2014	*Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional	Precarização; Consultoria empresarial; Serviço Social	O presente artigo é resultado da minha dissertação de mestrado que teve por finalidade apreender a consultoria empresarial de Serviço Social em face da reestruturação produtiva e da expansão da precarização das relações de trabalho, cuja terceirização é uma de suas expressões. Assim, utilizo cinco eixos de análise para identificar expressões de precarização a partir da terceirização ocorrida nesse espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/y6xsw5mjn7NNtpxG8KkKKbC/?lang=pt&format=html# Fernanda Caldas de Azevedo	Constata-se também a falta de percepção, por parte das profissionais, dos constrangimentos em seu trabalho, que, como os demais trabalhadores, sofrem os rebatimentos da precarização do mundo do trabalho, que terminam por favorecer o empregador. A ideia é: ser moderno é ser liberal e ser liberal parece expressar a ideia (ilusória) de liberdade e autodeterminação plena no trabalho. As entrevistadas apresentam a noção de qualidade diretamente relacionada à terceirização e não problematizam que a terceirização é uma das portas de entrada da precarização profissional. Apresentam uma ilusão de maior autonomia profissional na medida em que a profissional se vê alocada em espaço de trabalho exterior à empresa, supostamente à margem dos seus interesses e determinações. Quando na verdade a autonomia profissional torna-se limitada e isso pode ser percebido através do discurso de que a consultora precisa ter "cuidado" para não se indispor com o cliente que representa a empresa, requerendo um perfil profissional estratégico.
Serviço Social & Sociedad e 2014	Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social	Crise do capital; Precarização; Serviço Social	O artigo analisa alguns impactos das transformações societárias em curso no período histórico de transição dos séculos XX e XXI na particularidade da profissão Serviço Social. A análise agrega um complexo de mediações essenciais para elucidar o significado das determinações da alienação do trabalho no exercício profissional, enquanto partícipe da divisão social do trabalho coletivo no processo de reprodução das relações sociais. O conteúdo apreende as particularidades das formas de precarização do trabalho e das manifestações da questão social enquanto expressões da alienação e fetichismo em enquadramentos de crise do capital.	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yjQLmgRRm18XpYNmzYsP6kf/?lang=pt# George Francisco Ceolin	O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se da materialidade das atuais condições históricas de inserção dos assistentes sociais na condição de trabalhador assalariado, bem como dessa determinação histórica na agudização das expressões da <i>questão social</i> .
Serviço Social & Sociedad e 2014	*A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro	Serviço Social no Brasil; Ensino superior; Formação em Serviço Social	O propósito deste texto é fazer uma leitura crítica das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, inscritas na história recente da sociedade brasileira, considerando-as como fruto de determinantes histórico-sociais e da ação dos sujeitos profissionais. E apontar alguns de seus avanços, impasses e desafios contemporâneos. A ênfase recai sobre a articulação entre formação e	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPOG3bhzm3WTPCs/?lang# Marilda Villela Iamamoto	<i>A conjugação entre trabalho assalariado e projeto profissional</i> permite atribuir visibilidade no universo da profissão ao clássico dilema entre <i>estrutura e ação do sujeito</i> , considerando os agentes profissionais em sua condição de resultantes e sujeitos da história. O <i>projeto profissional</i> reconhece o assistente social como <i>um ser</i>

			trabalho do assistente social, privilegiando as mudanças operadas na política pública de ensino superior e as metamorfoses ocorridas no mercado de trabalho numa época de crise do capital sob a égide das finanças.		<i>prático-social dotado de liberdade, capaz de projetar coletivamente seu trabalho e buscar sua implementação por meio de sua atividade.</i> Esta condição é <i>tensionada pelo trabalho assalariado</i> submetido ao Estado e ao poder patronal, que restringe a relativa autonomia do assistente social e <i>submete nossa atividade aos dilemas da alienação</i> [...] seus agentes não são meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado - <i>um braço operacional do moderno príncipe</i> -, ainda que a <i>política pública</i> - e particularmente a <i>seguridade social</i> - seja uma mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho como uma das respostas institucionalizadas à "questão social". Essas afirmativas têm consequências para tratar o tema proposto, pois a profissão não se confunde com a responsabilidade do governo e de Estado, constitucionalmente responsáveis pela formulação, gestão, financiamento de políticas e programas sociais, ainda que a atuação nesse campo seja uma de nossas competências profissionais
Serviço Social & Sociedad e 2014	Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social	Serviço Social; Espaços ocupacionais; Relativa autonomia	O texto discute sobre a dimensão política do trabalho do assistente social no cotidiano da sua atuação profissional, no Brasil. Trabalha a hipótese de que o Serviço Social brasileiro vive transformações que se relacionam mediata ou imediatamente com os rumos da realidade, determinando o surgimento de novos espaços ocupacionais e competências profissionais. Indica algumas mudanças nos espaços ocupacionais tradicionais e emergentes do Serviço Social e defende a necessidade de problematizar as expressões cotidianas e imediatas da realidade como meio de o profissional exercer a sua relativa autonomia intelectual e técnico-política sob a direção do projeto ético-político profissional.	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/gkDFx8PW5zwSGRRbDrhWwcv/?format=pdf&lang=pt Ana Elizabete Mota	Somente problematizando as expressões cotidianas e imediatas da realidade e que se constituem em demandas às instituições e ao Serviço Social pode o profissional exercer uma relativa autonomia intelectual que oriente suas propostas de intervenção com base nas condições objetivas existentes. O conhecimento, a sistematização e a análise de aspectos e questões da prática cotidiana não se confundem com a descrição das expressões imediatas dos fenômenos que demandam ação direta, nem com os efeitos e soluções que, por vezes, requerem encaminhamentos inadiáveis e pontuais, por estar em jogo a vida ou a segurança mínima dos usuários dos serviços. Esses eventos do cotidiano, expressão de singularidades, são inelimináveis do processo de reprodução dos indivíduos sociais, sendo a sua existência socialmente determinada. É a busca das relações entre o imediato e o mediato que pode permitir ao profissional identificar nexos, relações e mediações que viabilizam tratar os atos e situações singulares em relação à totalidade social (Guerra, 2007).
Serviço Social & Sociedad e	O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI:	Neoliberalismo do século XXI; Serviço Social; Trabalho profissional;	Este artigo analisa o Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI, refletindo a respeito das mudanças do capitalismo contemporâneo e de suas implicações para o trabalho	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mXcmbGVxMFzHYVMxKwZ9tDb/#	Se a condição de subalternidade, conforme aponta Yazbek (2014), nos termos de Gramsci (2002), requer a construção de novos modos de pensar, a elaboração de

2016	considerações sobre o trabalho profissional	Mercado de trabalho; Instituições empregadoras; Condição assalariada	profissional. Objetiva discutir como os assistentes sociais têm se posicionado no plano teórico-prático/interventivo e ético-político/organizativo, na tentativa de enfrentar essa realidade, defender seus valores e responder, enquanto trabalhadores assalariados dotados de estatuto intelectual, às exigências impostas pela sociedade capitalista e às necessidades sociais dos sujeitos sociais.	Carlos Antonio de Souza Moraes	uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para ultrapassar o senso comum e contribuir para que as classes subalternas produzam contra-hegemonia, há aqui uma problemática dialeticamente complexa. Esta incide na fragilização da dimensão teórica, metodológica e política do trabalho profissional, ameaçando a capacidade de pensar a realidade social com bases firmes e seguras no projeto profissional atual, sendo materializadas na realidade através de ações pautadas no imediatismo, no bom senso, na submissão às regras, normas e mandos institucionais, que tensionam as possibilidades de autonomia do profissional, também confrontadas pelo fenômeno de insegurança no trabalho que atinge inclusive os assistentes sociais.
Revista Katálysis 2013	Trabalho, práxis e Serviço Social	Trabalho; Práxis social; Serviço Social	O presente artigo tem como objetivo discutir a práxis do Serviço Social a partir de uma reflexão ontológica sobre a categoria trabalho, diferenciando-a das outras práxis. Em seguida, aborda a função social do Serviço Social e, por fim, discute sobre a práxis do Serviço Social na contemporaneidade, enfocando suas relações e condições de trabalho.	https://www.scielo.br/j/rk/a/Q4rkMqtvqLdTKNZVMRryLkc/?lang=pt&format=html# Renata Gomes da Costa e Maria Zelma de Araújo Madeira	As transformações no mundo do trabalho, nas políticas sociais, no acesso aos direitos repercutem na atuação do/a assistente social, com a tendência de uma redefinição do próprio trabalho profissional, reduzindo-o a plantões de emergência. Limita-se a mero/a executor/a de tarefas, à rotina da atuação, à ênfase nos relatórios quantitativos em prol da produtividade. Diminui-se o tempo para se planejar as ações, para estudar, organizar e refletir sobre os projetos existentes e a elaboração de novos. O que se torna primordial é a gestão da pobreza e de políticas pobres para os pobres (GRANEMANN, 2009). Nesse bojo de relações e contradições, vale ressaltar que esse processo de precarização do trabalho profissional ocorre também no setor privado, através dos contratos precários da supressão dos direitos. O debate sobre a atuação do Serviço Social tem de considerar os diferentes espaços sócio-ocupacionais, suas particularidades, natureza, objetivos e demandas. O que se deseja observar é que mesmo a pauperização e a privatização dos serviços, com expressões distintas conforme as finalidades institucionais, estão interligadas a um bojo maior de relações econômicas, sociais, políticas e culturais, determinadas e comandadas pelo sistema capitalista.
Revista Katálysis 2013	**Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento	Serviço Social; Área do conhecimento; Profissão; Intervenção	Este artigo aborda o Serviço Social brasileiro como profissão e área do conhecimento, ressaltando sua dimensão intelectual e qualificando-a como uma particularidade nos âmbitos continental e mundial do Serviço Social. Aponta evidências	https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tvSLZWBNGKsHk4rbS/?format=html&lang=pt# Ana Elizabete Mota	[...] a literatura, ao compreender a determinação social da profissão, trata a sua natureza interventiva como uma "especialidade" ¹⁵ do Serviço Social, reconhecendo que o seu desenvolvimento histórico permitiu a construção de uma

			<p>deste protagonismo, dentre elas, a natureza das comunicações científicas nos eventos latino-americanos e mundiais, a ampliação das citações de autores do Serviço Social em produções das ciências sociais e humanas e o crescimento da demanda pelas pós-graduações em Serviço Social de outras áreas do conhecimento. Desenvolve a hipótese de que o Serviço Social como área do conhecimento supera os imperativos imediatos da intervenção, contribuindo para a construção de uma massa crítica, donde o seu papel intelectual na formação de uma cultura teórica e política que se contrapõe à hegemonia dominante, protagonizada pela esquerda marxista no Brasil. Esta dimensão mantém unidade com o exercício profissional, contudo faz uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão.</p>		<p>relativa autonomia teórico-metodológica, ética e técnico-política, mediada pela chancela do Estado, via formação universitária e mecanismos jurídicos de regulação profissional (leis de regulamentação, código de ética e conselhos profissionais), pelo associativismo político-profissional, donde o reconhecimento público da profissão.</p> <p>[...] em face das condições objetivas dadas pelo desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e sob o influxo do Projeto Ético-Político Profissional, o Serviço Social ampliou sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos, tributária da formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia dominante, protagonizada pela esquerda marxista no Brasil, e o faz sem perder a relação de unidade com o exercício profissional, mas expondo uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão voltada para a intervenção direta na realidade.</p>
Serviço Social & Sociedad e 2015	O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente	Trabalho do(a) assistente social; Assédio moral; Ideologia gerencialista; Adoecimento; Direitos violados	O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado que teve como objetivo analisar a prática do assédio moral como uma nova estratégia de gestão das relações de trabalho no atual contexto da reestruturação produtiva, com enfoque nos (as) trabalhadores (as) assistentes sociais. A pesquisa realizada evidenciou as situações vexatórias e humilhantes a que são submetidos os (as) profissionais, que se repetem e se prolongam durante a jornada de trabalho, provocando danos morais, sofrimento, desgaste mental e adoecimento.	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/KtTLWdcSjnS687LXGYF65HL/# Ociana Donato da Silva e Raquel Raichelis	[...]é preciso problematizar as margens de relativa autonomia do (a) assistente social em seu trabalho, uma vez que as condições concretas para exercê-la, dadas pela precariedade da estrutura organizacional, estão cada vez mais sucateadas, impactando profundamente a política de gestão da força de trabalho e atingindo os direitos do funcionalismo público nas diferentes políticas sociais em que atuam.
Serviço Social & Sociedad e 2014	**Exercício profissional do assistente social: da imediatividade e às possibilidades históricas	Cotidiano do exercício profissional; Totalidade histórica; Exercício profissional crítico	Este artigo tem por objetivo problematizar o exercício profissional buscando denunciar seu caráter sincrético no cotidiano e, por meio da análise ontológico-crítica visando à totalidade histórica, conectá-lo à historicidade, ressaltando a crise estrutural do capital e a transição histórica como solo fértil para necessidades sociais radicais, potencializando o exercício profissional crítico vinculado à emancipação humana.	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/fzRhqb3nNXppSby5K4k4Xjh/?lang=pt# Lélica Elis P. de Lacerda	O compromisso com valores emancipatórios é essencial para direcionar a humanidade para outra forma de sociabilidade, mesmo quando nos referimos ao exercício profissional do assistente social, por mais limitado que seja. Tal limitação ao assistente social se refere à limitação da resposta que se dá à sequele da questão social - atendida de forma parcial e fragmentada -, que se refere à limitação institucional, manifestada no dia a dia profissional enquanto alienação do processo de trabalho, ao fato de o profissional não possuir autonomia para determinar os recursos que lhe estarão a disposição, seus horários, as linhas-mestras de intervenção etc.
Serviço Social &	*O assistente social como trabalhador	Serviço Social; Trabalho; Precarização;	Este artigo tem por objetivo problematizar algumas das dimensões do processo de	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xlZp	Portanto, problematizar a violação dos próprios direitos dos assistentes sociais, na relação

Sociedade 2011	assalariado: desafios frente às violações de seus direitos	Trabalhador assalariado; Violação de direitos	precarização do trabalho do assistente social no contexto das transformações e redefinições do trabalho na contemporaneidade, buscando analisar as novas configurações e demandas que se expressam nos espaços sócio- ocupacionais, bem como a violação de direitos a que também é submetido o profissional na condição de trabalhador assalariado.	ht8LVT96vSvn7cP NQMR/# Raquel Raichelis	com a violação dos direitos dos trabalhadores, requer a definição de uma agenda de questões específicas conectada às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas, mas também o enfrentamento das dimensões complexas envolvidas nos processos e relações de trabalho nos quais os assistentes sociais estão inseridos. Os dilemas da alienação são indissociáveis do trabalho assalariado e incidem no exercício profissional do assistente social de diferentes modos, dependendo de quem são seus empregadores - o Estado, a empresa privada, as ONGs, as entidades filantrópicas, os organismos de representação política - e da organização e gestão dos processos e relações de trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde realizam sua atividade.
Serviço Social & Sociedade 2021	O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia	Trabalho; Crise estrutural; Pandemia; Serviço Social; Teletrabalho	O artigo problematiza a confluência das crises desencadeadas pela epidemia do novo coronavírus e seus impactos no mundo do trabalho, no Serviço Social e no trabalho cotidiano de assistentes sociais, cujo desvendamento deve ser remetido à crise estrutural do capital das últimas décadas e às suas estratégias de enfrentamento.	https://doi.org/10. 1590/0101- 6628.242 Raquel Raichel e Carola C. Arreguiis	A proximidade do Serviço Social e seus(as) trabalhadores(as) com diferentes segmentos das classes trabalhadoras e populares cria condições para o conhecimento das suas reais necessidades, seus modos de vida, de trabalho e de luta pela sobrevivência, suas fragilidades e fortalezas lapidadas pelo duro cotidiano. A socialização de informações, assim como a denúncia sobre violação de direitos, são instrumentos potentes a ser mobilizados. O cotidiano profissional é marcado por tensões e desafios, mas é nesse mesmo cotidiano que se apresentam as possibilidades de superação e enfrentamento das requisições impostas, às quais os(as) assistentes sociais não estão obrigados(as) a se submeter, dispondo de autonomia relativa para propor e negociar suas propostas profissionais. Para fazer frente a essa conjuntura desafiadora que interpela trabalhadores(as) e entidades de representação profissional e acadêmica, é fundamental ampliar e multiplicar os fóruns e debates coletivos, mesmo que virtuais, internos e externos ao Serviço Social. E resgatar o sentido de pertencimento de classe e alianças com forças coletivas de resistência.
Katálisis 2009	Ofensiva do capital e novas determinação	ofensiva do capital; contrarreforma do Estado; trabalho	Discute-se, neste artigo, as condições nas quais se realiza o trabalho profissional dos assistentes sociais. Toma-se por fundamento "as configurações do trabalho na	https://www.scielo .br/j/rk/a/SmmHs HWv6lRmnXkxP9 mDZjx/?lang=pt& format=html#	A tendência, pois, de alienação do trabalho está enraizada nas condições de trabalho propiciadas pelo estágio atual do modo de produção, por suas exigências de

	s do trabalho profissional	profissional; precarização das condições de trabalho	sociedade capitalista", as contrarreformas do Estado e as (in)consequentes alterações na natureza e na orientação das políticas sociais, conduzidas pelo grande capital em todo o mundo. Assim, a compreensão da pauperização da força de trabalho dos assistentes sociais ganha sentido na análise dos movimentos mais gerais da luta de classe e das necessidades do capital em se articular para garantir a realização de sua função primária, o aumento dos lucros.	Mônica Maria Torres de Alencar e Sara Granemann	lucro, pelas contrarreformas de seu Estado, pela redefinição das políticas sociais com ênfase nos seus traços de assistencialização e financeirização. Sobre tais elementos, repousam muitas das problematizações dos assistentes sociais quando se referem ao sofrimento e ao desgaste mental e emocional, ao desânimo face às normas e aos parâmetros institucionais, as (im) possibilidades de operacionalizar seus princípios ético-políticos, a inserção combinada em várias políticas sociais que impõe rotinas de trabalho duplas, sob a perspectiva do cumprimento de índices de produtividade e de metas a serem alcançadas e atestadas.
Serviço Social & Sociedade e 2016	*A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário	Capitalismo; Precarização do trabalho; Serviço Social; Judiciário	Este artigo faz parte de uma conexão entre o resultado da pesquisa do mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e a inserção, enquanto assistente social, no ambiente laboral do Poder Judiciário. O objetivo é desvendar de que forma o profissional de Serviço Social, inserido em um espaço onde os direitos laborais estão minimamente garantidos, podem, no sistema capitalista de produção, assumir também características de um trabalho precário.	https://www.scielo.br/j/ssoc/a/CwqKQ5v9T7dj3ZL9WvG5jmF/?lang=pt&format=html# Bárbara Leite Pereira Colombi	No que se refere à demanda profissional, torna-se mister listar as complexidades que envolvem o assistente social no contexto institucional do Judiciário. O primeiro quesito diz respeito à delimitação de prazos por parte dos magistrados para a emissão dos laudos e pareceres técnicos. Por vezes, agregando a necessidade de dar celeridade ao caso, principalmente os considerados urgentes, os juízes determinam <i>prazos humanamente impossíveis de serem cumpridos</i> . Entretanto, a questão paradoxal é <i>que aquelas lides envolvendo maiores complexidades e urgências são as que necessitam de mais prazos para a execução</i> . Isso acontece pelo fato de o assistente social ser um profissional que posicionará os familiares dentro de um contexto social, econômico e político. Dessa forma, sua instrumentalidade técnica para cercar a realidade envolve dispositivos individualizados e também coletivos. O estudo acerca do caso abarca visitas domiciliares, atendimentos individuais, acesso à comunidade e, após a compreensibilidade desse invólucro, a emissão de um documento que é articulado teoricamente com o que fora observado e relatado. Percebe-se que a dificuldade institucional em reconhecer a diferenciação do processo de trabalho do Serviço Social com a realidade vivida pelos demais servidores (expressivamente graduados em direito) desperta angústias e fragilidades no cotidiano laboral. Evidencia-se que o trabalho se encontra

					precarizado em uma dimensão correlacionada a posturas institucionalmente firmadas, no qual o assistente social se encontra subordinado e ao mesmo tempo com possibilidades interventivas.
Serviço Social & Sociedad e 2011	Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas	Serviço Social; Trabalho; Suas; Precarização; Projeto profissional	Este artigo tem por objetivo discutir o trabalho do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), enquanto espaço sócio ocupacional do assistente social e de outros profissionais, que amplia o mercado de trabalho e abre novas possibilidades de intervenção profissional, ao mesmo tempo em que precariza e intensifica os processos de trabalho, tensionando as formas de efetivação do projeto ético político profissional do serviço social.	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NIPYIbvH5R/?lang=pt Raquel Raichelis	[...] debate a <i>direção política do trabalho</i> e a qualidade dos serviços socioassistenciais, na construção de processos interventivos que promovam protagonismos, particularmente dos usuários, para o fortalecimento da cultura democrática e de direitos. O trabalho do assistente social é, pois, a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto ético político que confere direção social ao trabalho profissional. Ao mesmo tempo, os sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um coletivo de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional.
Serviço Social & Sociedad e 2020	*Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0	Indústria 4.0 ou 4ª Revolução Industrial (4ª RI); Segurança Social; Serviço Social; Sofrimento no trabalho	Atuais mudanças econômicas, sociais e políticas geram impactos nos ambientes e nas condições psicossociais de trabalho. Neste texto, discute-se o trabalho de Assistentes Sociais (AS) atuantes na Previdência Social (PS), a partir da combinação de resultados obtidos por meio de projeto de pesquisa em andamento, cuja metodologia faz uso de escalas padronizadas, grupos focais e entrevistas realizadas entre 2014 e 2019. Apesar de não haver resultados negativos obtidos pelos instrumentos padronizados, as outras técnicas puderam revelar que o trabalho gera um tipo de sofrimento mudo, invisível e marcado pela angústia e frustração.	https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zZWKsty5RyS4XVgVPtN8ChI/# Edvânia Ângela de Souza; Luís Anunciação	Considera-se que a extinção do Serviço Social da PS, inclusive da Divisão de Serviço Social em Brasília, impõe condições concretas para o trabalho profissional, pois apesar de os(as) AS permanecerem na PS, tiveram autonomia e importância diminuídas, além da sua rarefação, pois foram inviabilizadas novas contratações, e os(as) que permaneceram ficaram mais subordinados às gerências e respectivas imposições para o exercício de um trabalho muito mais burocratizado e distante do projeto ético-político profissional do Serviço Social e da “Matriz teórico-metodológica do Serviço Social” (Brasil, 1994), que enfatiza o compromisso com os direitos sociais e princípios democráticos.
==Revista a Katálysis 2012	*Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional	Formação continuada; Serviço Social; Relação teórico-prática	O objetivo deste artigo é refletir sobre a formação profissional continuada crítica no campo do exercício profissional de Serviço Social. Fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica e	https://www.scielo.br/j/rk/a/PC7vpc6PqkJNnKZTWcbPn5n/?lang=pt#	Pode-se dizer que no exercício profissional as escolhas são "moralmente motivadas" (HELLER, 1985), portanto, frutos de liberdade e autonomia relativas dos sujeitos

	do assistente social		documental que procura identificar e apontar estratégias para esse processo de formação. Aborda criticamente a utilização do termo, tendo como referência autores da área de educação. Problematisa a formação continuada como um processo constante e necessário ao exercício profissional, imbricado na relação teórico-prática, na qualidade da produção documental, na apropriação das novas tecnologias para auxiliar a organizar os dados da realidade que se apresentam no cotidiano profissional. A partir do método crítico-dialético, enfatiza a necessária atitude investigativa e propõe estratégias teórico-políticas de formação continuada para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.	Ana Maria Baima Cartaxo, Vania Maria Manfroi e Maria Teresa dos Santos	profissionais, mediante as condições reais nesse contexto. Rompe-se, assim, com a imediatividade do cotidiano, resultado da atitude investigativa que permite a desmistificação do lugar ocupado pelo assistente social na divisão sociotécnica do trabalho. Esse processo crítico permanente "cria maiores possibilidades de novas explicações, [...] permitindo ir além do limite dado" (BATTINI, 1994, p. 145).
--	----------------------	--	--	--	--

Textos do estado da arte – para consulta.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Katálysis**. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/SmmHsHWv6JRmnXkxP9mDZjx/?lang=pt&format=html#> Acesso em 15 de Out. 2023.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/y6xsw5mjn7NNtpxG8KkKKbC/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

CARTAXO, Ana Maria Baima; MANFROI, Vania Maria; SANTOS, Maria Teresa dos. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Katálysis**. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/PC7vpc6PqkJNnKZTWcbPn5n/?lang=pt#> Acesso em: 15 de Out. 2023.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

COLOMBI, Bárbara Leite Pereira. A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário. **Serviço Social & Sociedade**. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/CwqKQ5v9T7dj3ZL9WvG5jmF/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 16 de Out. 2023.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Trabalho, práxis e Serviço Social. **Katálysis**. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/Q4rkMqtvqLdTKNZVMRryLkc/?lang=pt&format=html#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

GIAMPAOLI, Maria Cristina. Serviço Social em empresas: consultoria e prestação de serviço. **Serviço Social & Sociedade**. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wGhKvYBcmJKZBpC93mKb9MN/> Acesso em: 17 de Out. 2023.

GOMES, Márcia Regina Botão. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/C98vGLhX4KQgNd97NYDqjCj/?format=html&lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?lang#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

LACERDA, Lélida, Elis P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/fzRhbq3nNXppSby5K4k4Xjh/?lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálysis**. 2013.

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social & Sociedade**. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/mXcmbGVxMFzHYVMxKwZ9tDb/#>
Acesso em: 17 de Out.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gkDFx8PW5zwSCRRbDrhWwcv/?lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

_____. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katálysis**. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=html&lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nWD4BRgjsx4H54tJtXyxVst/?format=html&lang=pt#> Acesso em: 17 de Out. 2023.

_____. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?lang=pt> Acesso em: 16 de Out. 2023.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.

Serviço Social & Sociedade. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/#> Acesso em: 18 de Out. 2023

_____; ARREGUIS, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**. 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/0101-6628.242> Acesso em: 17 de Out. 2023.

SILVA, Ociana Donato da; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social & Sociedade**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/KtTLWdcSjnS687LXGYF65HL/#> Acesso em: 17 de Out. 2023

SOUZA, Edvânia Ângela de; ANUNCIACÃO, Luís. Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em tempos de indústria 4.0. **Serviço Social & Sociedade**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zZWKsty5RyS4XVgVPtN8ChJ/#> Acesso em: 18 de Out. 2023.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Revista Serviço Social e Sociedade**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DWKB5jXrBfHBKF7dd68vs9k/#> Acesso em: 17 de Out. 2023

Total = 21 artigos	
Palavras	Quantidade
Autonomia	19
Autonomia relativa	4
Trabalho profissional	17
Relativa autonomia	6
Precarização	24